

ORIENTAÇÃO AOS GESTORES

Boletim n.º 037/2017

Lei Estadual n.º 7.741/1978 - Código de Administração Financeira (CAF): Do Suprimento (Art. 156 a Art. 172)

Data: 17/10/2017



SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



Regras para Concessão de Suprimento Individual

A Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE), através da Diretoria de Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas (DOGI) – Coordenadoria de Orientação (COR), no exercício de sua função, devido às recorrentes consultas sobre Suprimento Individual, vem por meio deste boletim evidenciar as possibilidades de concessão de Suprimento Individual sob a ótica da Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978 (Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco – CAF).

Destaca-se que o tema é exaustivamente abordado na **Cartilha de Orientação** que trata da concessão, utilização e prestação de contas de suprimento individual, elaborado pela Controladoria, podendo ser acessada através do seguinte link:
<http://bit.ly/2yDILek>

Do Conceito

O regimento de suprimento individual ou adiantamento consiste na entrega adiantada de numerário a

servidor, sempre precedida de empenho prévio na dotação própria e com prestação de contas posterior, cuja utilização **ocorre apenas nos casos excepcionais** previstos na Lei Estadual nº 7.741/1978 e a critério do ordenador de despesa, **quando a realização da despesa não puder se subordinar ao processo normal de aplicação.**

Das Concessões

Como mencionado anteriormente, o regime de suprimento individual é uma **forma excepcional** de execução da despesa. Nessa linha, serão evidenciadas as despesas definidas pelo CAF para a utilização do Regime de Suprimento Individual:

1) **Despesas Extraordinárias** - aquelas aplicadas nos casos de calamidade pública¹, bem como em estado de

¹ Situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido. Decreto Federal nº 7.257/2010.

ORIENTAÇÃO AOS GESTORES

emergência².

2) **Despesas Urgentes** – aquelas que não se enquadram como despesas extraordinárias, mas que por sua própria natureza, são consideradas inadiáveis.

Para o processamento das despesas extraordinárias e urgentes deve haver:

- Exigência de autorização expressa pelo Governador do Estado;
- Inexistência de limites de valores para o suprimento;
- Vinculação obrigatória da despesa a ser realizada com a situação de emergência, calamidade ou urgência.

3) **Despesas de custeio na sede** – para o exercício de 2017³, os valores máximos para os empenhos de suprimento individual destinados às despesas de custeio são: na Secretaria de Educação, R\$ 5.449,14 e nas demais, R\$ 1.816,38.

4) **Despesas de custeio de pronto atendimento** – também chamadas de despesas miúdas ou de pequena monta que correspondem às despesas de custeio com valor igual ou inferior a R\$ 121,09.

A Legislação Financeira não exige

² Estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder do ente público atingido. Decreto Federal nº 7.257/2010.

que estas despesas sejam comprovadas com os respectivos documentos fiscais, sendo necessária apenas a apresentação de relação que contenha os itens adquiridos ou os serviços prestados com os recursos de suprimento, para fins de prestação de contas, conforme prevê o inciso III, do art. 159 da Lei Estadual nº 7.741/1978.

5) **Despesas fora da sede** – são aquelas executadas fora da Região Metropolitana do Recife (RMR). Assim, as despesas realizadas nos seguintes municípios não poderão ser custeadas por meio de suprimento sob o argumento de se estar fora da sede: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

Ressalta-se que, aqueles órgãos e entidades que tenham capilaridade no interior do Estado, e em razão disso possuam sedes regionais, podem utilizar-se do regime de suprimento para pagamento de despesas distantes da sede quando em viagem ao Recife, por exemplo.

Entretanto, como o Decreto nº 29.501/2006 dispõe de serviço de Radiotáxi para transporte de servidores e

³ Boletim nº 002/2017.

ORIENTAÇÃO AOS GESTORES

empregados públicos no âmbito do Poder Executivo Estadual, havendo necessidade de locomoção, não será necessário utilizar suprimimento para executar essas despesas.

6) Despesas de caráter sigiloso realizadas pelos órgãos de inteligência nas áreas fiscal e de segurança – assim como nas despesas fora da sede, a legislação não estipulou o limite de valor para estas despesas. Desta forma, ficará a critério do gestor público, considerando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, e de acordo com a necessidade, determinar o valor do suprimimento concedido.

Demais orientações que se façam necessárias, a Diretoria de Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas - Coordenadoria de Orientação, coloca-se à disposição através do site: www.scgeorienta.pe.gov.br.



Caso identifique que este Boletim está desatualizado ou apresente alguma informação incorreta/imprecisa, envie uma mensagem para o e-mail abaixo para descrever a impropriedade encontrada e sugerir a alteração.